

CURSO DE DIREITO


Adriane Nakagawa Baptista

Adriane mostra novas áreas e projetos na carreira de Direito.

Adriane Nakagawa Baptista estudou no Colégio Etapa e se formou em Direito pela USP. Também colaborou na FGV durante a implantação do curso de Direito. Participou de estudos dos impactos econômicos de tratados internacionais. Estudou Direito europeu na Holanda e há dois anos criou escritório próprio de advocacia. Nele instalou um Atelier Jurídico, espaço colaborativo para advogados e estudantes de Direito.

JC – Quando você escolheu Direito como carreira?

Adriane – Ainda no Ensino Fundamental eu já queria cursar Direito, porque naquela época minha ideia era me tornar diplomata e tinha visto que a carreira jurídica proporcionava formação relevante para a diplomacia. Eu sempre me interessei por assuntos internacionais, ficava fuçando jornais, revistas.

Você teve que mudar sua rotina quando começou a estudar no Colégio Etapa?

Com certeza! Passei de um modelo construtivista de ensino para uma forma mais estruturada de estudo, digamos assim. Lembro até hoje do meu choque com 25 provas seguidas. Eram três ou quatro por semana. Pensei: “Nossa, preciso mudar muito, preciso de um estudo constante das matérias.” Foi isso que mudou: a necessidade de uma disciplina mais rígida.

Quanto tempo demorou para se adaptar ao nosso sistema?

Não demorei muito. Eu tinha motivação e me apliquei desde o início.

Além da Fuvest, você prestou outros vestibulares?

Prestei PUC para Direito e Unicamp para Filosofia. Prestei Filosofia por causa de um grupo que criamos no Etapa para estudar os filósofos da época do Renascimento. Fiquei interessada e resolvi prestar.

Como se formou esse grupo de estudos de Filosofia?

Tudo começou em uma aula de História em que ficamos discutindo o que seria a verdade, o conceito da verdade, as várias facetas. Foi uma discussão acalorada. Uma amiga minha, que hoje é professora universitária na área de Matemática, conversou com o professor e montamos o grupo de estudos.

Como foi o início na São Francisco?

No 1º ano teve Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Estado, um pouco de Filosofia, noções de Economia, mas nada voltado para aquilo que um advogado desenvolve. Tivemos os princípios de Direito Civil, Direito Constitucional. Eu senti falta de contato com as matérias. Mas a partir do 2º ano estudamos os outros módulos de Direito Civil, de Direito Comercial, se não me engano o Direito do Trabalho veio depois. No 3º ano tivemos Direito do Comércio Internacional e a matéria que mais me impressionou, Direito Internacional Privado.

Você participou de atividades além das aulas?

O que me fez abandonar a ideia por uma carreira diplomática foi o Núcleo de Estudos Internacionais, o NEI. Fui uma das primeiras pessoas que estiveram ali com a equipe central de fundadores que participou de Moots (competições estudantis de simulação de Direito). Acho que a minha participação

ENTREVISTA

Carreira – Direito

1
ENTRE PARÊNTESES

Jardineiro

4
ESPECIAL

O dia da comemoração

8
CONTO

A doença do Fabrício – Artur Azevedo

4
ARTIGO

Mais é melhor

5

nesse núcleo e particularmente na competição do Jessup, que simula o que seria uma sessão da Corte Internacional de Justiça, fez com que me apaixonasse mesmo pelo Direito.

Isso foi em que fase do curso?

Começou no segundo semestre do 1º ano. Depois de uns seis meses participando das reuniões eu me tornei coordenadora de algumas atividades do NEI, sobretudo aquelas voltadas para formação da equipe que participaria do Jessup. Competi com a minha equipe por dois anos. Nas rodadas nacionais conseguimos alguns resultados. No primeiro ano fomos para as semifinais, no segundo ano ganhamos o prêmio de melhor memorial.

Além do Núcleo de Estudos Internacionais, o que você fez extraclasse?

Eu cheguei a dar aulas de Química no cursinho 11 de Agosto. Porque tive bons professores no Etapa.

Você entrou na graduação diurna ou noturna?

Eu estudava de manhã e a partir do 3º ano estagiava à tarde. Depois eu solicitei transferência para a noite, para poder trabalhar em período integral ou semi-integral.

Onde você estagiou?

Eu estagiei no escritório Leo Baptista Advogados, que depois se tornou L. O. Baptista, Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel. Fiquei dois anos nesse estágio.

Qual era seu trabalho no escritório?

Eu fazia muita pesquisa, a parte de organização de documentos, que é superimportante. A gente não dá valor a essa atividade porque é muito braçal e você não aplica o seu conhecimento jurídico, mas é fundamental. Eu me formei em 2007, fui efetivada, fiquei em 2008 e 2009 ainda trabalhando no escritório e aí resolvi buscar outra experiência. Fui para a Fundação Getúlio Vargas trabalhar em um periódico denominado *Pontes*. A principal atividade de um convênio da GV com uma ONG suíça, o International Center for Trade and Sustainable Development (ICTSD), consiste na publicação do periódico para promover o estudo e o debate de temas de comércio internacional e desenvolvimento sustentável.

O que você fazia no periódico?

Fazia pesquisas, entrevistas com agentes do governo, com o pessoal da iniciativa privada e também colocava etiqueta em envelope... Era uma equipe muito enxuta, a gente fazia de tudo.

Por que essa mudança, da prática do Direito para a área acadêmica?

Minha principal preocupação era encontrar o meu chamado, por assim dizer. Eu queria ter certeza. As competições de Direito Internacional Público me ajudaram muito a estabelecer um foco na advocacia, mas no final da faculdade eu estava pensando se não precisava de outras experiências para me certificar de que era isso mesmo que eu queria, porque o

Direito oferece muitas possibilidades. Por exemplo, na área acadêmica. Daí veio a ideia de trabalhar um pouco na GV.

Era o início da GV Direito?

O curso estava começando a ser estruturado. Entre 2009 e 2010 foi o início da GV Direito e lá eu tive como mentora a professora Michelle Ratton. Juntas, escrevemos vários artigos voltados para a área de comércio internacional. Também ajudava como monitora informal da professora, acompanhava algumas aulas, fazia anotações.

Você disse que logo após se formar procurava um “chamado”. Na GV você encontrou esse chamado?

Eu encontrei um aspecto da minha personalidade, descobri que gosto muito de pesquisa. Esse aspecto da minha natureza meio que desabrochou. Ainda assim, quando está na atividade acadêmica, sobretudo no campo do Direito, você acaba sentindo falta da prática jurídica. Acho que é uma retroalimentação.

Quando você voltou para a prática jurídica?

Ainda na GV eu comecei a pensar se não deveria complementar a minha formação voltando a advogar. É lógico que não foi uma coisa imediata, eu estava na Escola de Direito. Nesse meio tempo, quando ia terminando minhas atividades no ICTSD, apareceu a oportunidade de trabalhar com a professora Vera Thorstensen que, durante muitos anos, foi assessora econômica da Missão do Brasil em Genebra. Então, quando já cogitava voltar a advogar, apareceu a chance de ir para a Escola de Economia da GV. Abracei a oportunidade, porque eram outras atividades.

Qual foi o resultado dessa mudança dentro da GV?

Tanto na Escola de Direito quanto na de Economia eu pude me aprofundar. Por exemplo, participei de projetos que eram desenvolvidos não só por advogados, mas também por economistas. Estudávamos modelos econômicos voltados à prática e aplicação no comércio internacional. Pegávamos tratados, acordos da OMC e analisávamos não só do ponto de vista de interpretação do advogado, mas qual o impacto em relação à economia. A prática na área de comércio internacional foi um retorno, ainda que gradual, à atividade da advocacia.

Você ficou quanto tempo nesse estágio na GV?

Dois anos. De 2009 a 2011. Depois desse período de estágio eu voltei a trabalhar como advogada no meu antigo escritório e também fiz LL.M na Holanda. [LL.M: *legum magister*, mestre em leis].

LL.M é um mestrado?

Teria que ser equivalente a um mestrado, mas você precisa pedir a validação.

Onde você fez esse mestrado?

Fiz em 2011 na Universidade de Leiden, na Holanda. Fica a 15 quilômetros de Amsterdam. Ganhei uma bolsa para es-

tuar no LexS Gold Scholarship, não tive que pagar a *tuition*. Fiquei um ano fora. Estudei Direito europeu. Para mim foi importante ter essa visão do Direito europeu. Hoje, quando vejo um contrato ou estou numa negociação, consigo entender as motivações, as coisas que não estão escritas, mas que fazem parte do cenário jurídico e cultural de um cliente europeu.

Você ficou um ano lá e o foco era o estudo mesmo?

O foco era o estudo, mas vou dizer uma coisa, os LL.M hoje em dia não têm aquele formato estritamente acadêmico que era tradicional. Eles são cursos mais voltados para a prática advocatícia. As aulas eram bastante desafiadoras porque os professores propunham problemas e a gente tinha que resolver. O curso era organizado ao redor do estudo de casos e de como nós, como advogados, poderíamos resolver. Os professores já chegavam esperando que os alunos estivessem aptos e preparados, com todas as leituras feitas já para discutir a solução dos casos e apresentar opiniões bem fundamentadas.

O que você fez ao voltar para o Brasil?

De 2012 a 2015 eu trabalhei no escritório com a equipe de construção [Direito da Construção]. Pode parecer outra área, mas o instrumental, as ferramentas e o raciocínio jurídico acabam se desenvolvendo quando você é colocada numa situação em que tem que negociar, litigar, etc. Era uma área que estava precisando de novos advogados para trabalhar e era uma oportunidade de aprender.

A partir de 2015, o que você desenvolveu profissionalmente?

Em março de 2015 passei a ter escritório próprio, Cattel Alves e Nakagawa Baptista Sociedade de Advogados, e vim para um espaço que desde maio daquele ano inclui também o Atelier Jurídico.

O que é o Atelier Jurídico?

É um espaço colaborativo entre e para advogados e estudantes de Direito. Tem uma biblioteca com mais de 5 000 livros, abrangendo Direito Civil, Comercial, Internacional e sobretudo arbitragem. É um espaço onde a gente desenvolve atividades acadêmicas e que ao mesmo tempo abriga o escritório de advocacia.

Hoje, qual é a sua rotina de trabalho?

Acho que advogado não tem muito essa de rotina, ele trabalha quando tem que trabalhar. Final de semana, férias, não tem como deixar o cliente na mão. Mas em geral meu dia começa cedo, eu deixo minha filha na escola e chego no escritório por volta das 8h30min, mas isso não quer dizer que quando volto para casa eu não precise revisar e ler.

Estudantes de Direito que tenham interesse nessa área podem utilizar o Atelier?

Encorajamos, abrimos as portas para receber pessoas com esse objetivo. Agora mesmo estamos pensando em

oferecer cursos para advogados. Estamos com isso enfileirado na trilha.

No Brasil existem muitas faculdades de Direito. Como está o mercado de trabalho para os advogados?

Eu acho que o mercado tem, sim, muitos advogados, muita competição. Só que se você for analisar para o lado dos grandes escritórios – estou falando de arbitragem internacional – vai ver que faltam profissionais. Há muito espaço para absorver profissionais bons. Alguém que tenha aplicação, gosto, vocação pelo Direito dentro da área técnica, e tenha também boa formação cultural. Que conheça diversos idiomas com profundidade. Enfim, que tenha consciência de que precisa estar um passo à frente dos desafios do mercado, inclusive dos que virão com a tendência de automatizar certos processos.

Quais características uma pessoa precisa ter para se dar bem em Direito? Ou o Direito, com várias áreas, não exige um perfil específico?

Tem que gostar muito de ler. A gente passa muito tempo lendo peças, estudando para essas peças, e isso exige uma metodologia também. Você tem que fichar ou vai esquecer ou vai citar de forma incorreta.

Quais são seus planos para o futuro?

Espero que o Atelier Jurídico consiga desenvolver sua equipe, que é muito coesa, muito unida. Os projetos que estamos começando a engendrar e gerar, eu espero que se tornem uma referência na formação jurídica para advogados e estudantes. Espero também que a nossa prática advocatícia se desenvolva.

O que você tem de recordação da sua época no colégio?

Nossa, tenho muitas recordações do Etapa. Lembro que formávamos grupos de estudo de acordo com a matéria. Lembro da camaradagem entre alunos, que era muito legal. Meu amigo Lucas, por exemplo, que se formou no Etapa e hoje é professor de Química na USP, passava horas cercado por um séquito de alunos que queriam entender Química. Outro colega, que estudou fora, nos ensinava Matemática. E lembro das lições dos professores, que não eram só sobre as matérias, eram lições de vida. Eu acho que o Etapa me ensinou a criar um senso de responsabilidade em relação ao que eu me proponho fazer.

Você quer dizer mais alguma coisa aos nossos alunos atuais?

Para aqueles que estão querendo seguir pelo curso de Direito, digo para aproveitar este período e aprender idiomas, porque depois fica muito corrido. O mercado reconhece esse requisito. É uma dica que pode parecer paliativa, marginal, mas não é. Eu diria que vale a pena correr atrás dos idiomas para já ir montando um currículo. E gostaria que os futuros estudantes de Direito não tivessem medo de, na carreira, experimentar novas áreas e projetos. ■